

AULA MAGNA

AValiação INSTITUCIONAL E O COMPROMISSO SOCIAL DA UNIVERSIDADE*

*Profa. Isaura Belloni***

Senhora Reitora, Autoridades presentes, Colegas Professores.
Meus caros alunos da U E F S

Com grande satisfação, agradeço o convite e a honra de proferir esta aula inaugural do segundo semestre de 1997 desta simpática e promissora Universidade Estadual de Feira de Santana.

Trata-se, modestamente, de uma aula *inaugural* e não de uma aula *magna*. É uma proposta de reflexão conjunta que, ao inaugurar um novo semestre, pretende *inaugurar* uma nova reflexão ou uma fase nova de aprofundamento da reflexão para aqueles que já a fazem. Não é uma aula magna, porque não se pretende maior que outras, na esteira da hipótese de um *magister dixit*, de alguém que tem a grande verdade a ser revelada. É apenas aula que se ancora na hipótese da esteira da construção coletiva do conhecimento, na qual muitos são os sujeitos de um processo que, por ser processo, não é instantâneo nem é dado, mas é resultado de esforço de muitos.

Portanto, a proposta aqui é a de percorrermos juntos um caminho para formular questões, buscar construir respostas ou confrontar-se, humildemente, com a perplexidade da não resposta...

* Aula inaugural, ref/ ao semestre 97.2, proferida pela ilustre professora, em 18/8/97, estando presentes ao evento a Administração Superior da UEFS, representantes da Comunidade, representantes estudentis, da Adufs, do Sintest, do Grupo de Trabalho de Avaliação Institucional da UEFS, professores, alunos, funcionários e outros convidados, sob a presidência da Magnífica Reitora, Profa. Anaci Bispo Paim.

** Mestre e Doutora em Educação (Univesidade Stanford-USA). Pesquisadora associada do mestrado de Educação(UnB). Assessora Legislativa na Câmara dos Deputados. Membro fundador do Programa de Avaliação Institucional da Universidade Brasileira(PAIUB), integrante do Comitê Assessor. Fez parte da Coordenação do Processo de Avaliação Institucional da UnB.

Nesse sentido, o tema que me foi atribuído como responsabilidade constituiu-se em um grande desafio. Procurarei apontar algumas questões desta temática para que, através do debate e da nossa mútua colaboração, se faça um avanço. O que me foi pedido é trabalhar a idéia do papel e do compromisso da avaliação institucional enquanto instrumento para a reconstrução do espaço social. A própria formulação da temática sugere que não estamos encaminhando um processo de avaliação — nas instituições individualmente ou no sistema de ensino superior como um todo — simplesmente como um exercício acadêmico. Ao contrário, há uma preocupação clara com a identificação da função ou papel da avaliação. Em outras palavras, a avaliação tem um compromisso não apenas quanto ao seu papel no interior da universidade — de melhoria da qualidade — mas, também, um compromisso em abrir caminhos novos, nos quais, a reconstrução do espaço social é o elemento catalisador desta abertura social e política da universidade.

A questão central é buscar compreender como a avaliação institucional pode ser, efetivamente, um instrumento para que a universidade estabeleça ou solidifique uma "ponte" com a realidade social, através da qual a instituição se integra e contribui com o processo de reconstrução social.

Acredito que todos nós concordamos que haja necessidade de uma reconstrução do social, uma reconstrução do espaço social, na direção de uma sociedade mais justa na qual todos sejam efetivamente e plenamente *cidadãos*.

Se há necessidade de reconstrução do espaço social, é porque este espaço social, se não está destruído, está pelo menos, na linguagem dos sociólogos, *esgarçado*. A sociedade não é um tecido social harmônico, não é um tecido social integrado; é um tecido social que está esgarçado. Que quer dizer esgarçado? Como se manifesta este esgarçamento?

Os indicadores desse esgarçamento podem ser brevemente examinados destacando-os em quatro níveis ou ordens distintas. Buscando estabelecer um consenso mínimo, eu serei muito breve na explicitação de alguns deles, apenas como elemento de contexto referencial para o nosso diálogo.

Os indicadores *socioeconômicos* do esgarçamento na sociedade brasileira referem-se aos altos índices de miséria ou pobreza absoluta atingindo enormes contingentes populacionais, convivendo com muita riqueza e desperdício, resultado da alta concentração de renda, o que gera maior distância e desigualdade entre os indivíduos; esses indicadores manifestam-se no alto índice de desemprego, no subemprego e na aparente impossibilidade de existir trabalho para todos; são duramente perceptíveis na crescente e, aparentemente, inexorável exclusão social; referem-se às altas taxas de mortalidade materno-infantil, um absurdo diante do desenvolvimento que a ciência já alcançou nessa matéria;

referem-se à injustificável situação na qual o trabalho escravo, que desumaniza o humano, convive com alta e sofisticada tecnologia.

Os indicadores *culturais* do esgarçamento social referem-se à globalização que nos põe em sintonia imediata com o mundo, mas que se dá com o prejuízo do local, do regional, do nativo, da identidade cultural própria e distintiva de cada grupo ou nação. O desafio que está posto é o da integração na aldeia global da comunicação sem a perda das várias identidades que acumulamos e das quais a harmonia social depende fundamentalmente. A perda dessas várias identidades, que sustentam as relações humanas, é um processo que faz parte desse esgarçamento social, à medida que nós, ao perdermos a identidade com o grupo imediato, não temos mais referencial social. Alguns antropólogos começam a observar que, em cidades ou grupo sociais com alto teor migratório ou perda de raízes, o índice de criminalidade parece ser crescente; tendem a apontar, como um dos seus fatores, a escassez de relações familiares e pessoais, de vizinhança ou profissionais de longa duração. Na ausência desses laços afetivos e culturais, que apóiam e contribuem para a estruturação psicossocial do indivíduo, a tendência para a disrupção social é maior. O aumento da criminalidade é um claro indicador do esgarçamento social. Em outras palavras, a nossa integração na globalização à custa do distanciamento do nosso cotidiano, da nossa realidade pessoal e sociocultural parece contribuir mais com o esgarçamento do que para a consolidação do tecido social.

Os indicadores *educacionais*, conhecidos de todos, também são alarmantes. Apesar da expansão quantitativa do sistema educacional, apesar de os professores serem mais titulados e alguma tecnologia já ter chegado à escola, estamos produzindo o novo fenômeno dos analfabetos escolarizados; temos, também, sérios indícios de pouco crescimento da qualidade da educação. Hoje temos mais diplomados que no passado, mas temos, também, lamentavelmente, diplomados com competência profissional e ética insuficiente para um consciente e consistente desempenho profissional, pelo menos se tomamos como parâmetro desse desempenho a construção de uma sociedade mais justa e fraterna.

A destruição do ecossistema é um indicador do imediatismo e da ausência de um projeto histórico para a humanidade como um todo; esse é, também, uma manifestação de um esgarçamento social globalizado.

Temos, hoje, mais governo, mais Estado presente no cotidiano social do que tivemos no passado, não só no Brasil, como no mundo inteiro. O governo está mais presente, mais visível nas relações sociais, normatizando a vida, impondo limites, estabelecendo demandas e estímulos. Apesar de termos hoje, mais do que no passado, a visibilidade da normatização legal, a desordem social, se não é maior, é, pelo menos, mais visível, como nos sugerem os indicadores brevemente apontados.

Dentro desse quadro de indicadores de esgarçamento social, não se poderia deixar de mencionar o enorme aumento de violência, violência física, violência moral, violência ética que sofremos todos os dias de parte de semelhantes nossos, de parte de governantes etc.

Por outro lado, e não apenas por otimismo, é fundamental destacar que, nesta virada de século, a humanidade está muito melhor do que estava na virada do século anterior. Sem dúvida, as relações sociais são um pouco mais humanitárias, a idéia de democracia social, os princípios de igualdade e de liberdade são universalmente aceitos ainda que nem sempre respeitados. O avanço da ciência e da tecnologia tem tornado a vida humana mais humanizada e mais digna de ser vivida.

UNIVERSIDADE

Nesse contexto, a universidade é o espaço educacional e social, não apenas da formação de profissionais ou do desenvolvimento de ciência e tecnologia, mas é o espaço privilegiado de construção de instrumentos e de agentes da reconstrução do espaço social, da construção de um novo espaço social.

Nesse sentido, compreende-se a universidade como educadora e como agente político, porque ela intervém no processo de desenvolvimento nacional, assume compromisso com a sociedade, discute as relações de poder. Nessa compreensão da função social da universidade, ela desempenha o papel de intelectual orgânico dos interesses gerais e coletivos da maioria da sociedade. E, assim, ela é participante ativo e responsável no processo de produção dos instrumentos, para que a população que a sustenta se emancipe da miséria e da opressão.

Essa perspectiva comunga da concepção que Luiz Eduardo Wanderley enunciava ainda na década de 60. Universidade voltada

para a transformação do país, que forme pessoas competentes e políticas, críticas e responsáveis, aptas para interferir no processo de desenvolvimento nacional, para mudar as estruturas e os mecanismos que estão levando às desigualdades, ao estado superconcentracionário, à sociedade civil fragmentada (p. 197).

Advogava, além disso,

uma educação para uma revolução intelectual e moral, que resgate valores fundamentais desta Nação, que foram anestesiados pelo consumismo e individualismo dos meios de comunicação de massa e do próprio modelo econômico” (p.198),

valores fundamentais da solidariedade, da justiça, da não-violência, da colaboração...

Trata-se, portanto, de conceber a Universidade não apenas como centro de profissionalização, mas como um centro de cultura, de ciência onde a ética e a justiça sejam o norte maior das ações empreendidas.

Assim, o compromisso é com a democratização do saber e das competências a um número cada vez maior de sujeitos — não apenas daqueles que têm o privilégio de chegar a freqüentar uma universidade. A democratização do saber e das competências estendida também *àqueles que não têm esta oportunidade*. Este compromisso com a democratização — que é o compromisso do intelectual orgânico da justiça social — é o contraponto, é a inversão do papel que a universidade tem desempenhado de contribuir para a perpetuação dos padrões de dominação social e econômica. Muitas vezes, esses padrões de dominação, suas origens e suas manifestações, são estudados e denunciados no interior da universidade, mas ainda predominantemente no plano da teoria.

No contexto do debate pela reforma universitária no ano de 1968, Florestan Fernandes examinava a contribuição da universidade para o desenvolvimento. Qualificava a reforma universitária promulgada pelo governo militar como “panacéia” que propunha soluções tecnocráticas e “fica aquém das exigências da situação”; fazendo, dessa forma, surgir uma instituição

sem condições para preencher normalmente suas funções e sem meios para ‘crescer’ ou para levar à sociedade um impacto construtivo, na direção do desenvolvimento independente e da autonomização cultural (p.122).

E completava

parece evidente que estamos numa etapa em que apenas o conhecimento científico pode lograr aceitação geral e fornecer justificativas plausíveis para as inovações necessárias.

Vislumbrava e exigia — naquela época, pensando o seu tempo, mas voltado para o futuro — o “delineamento de um novo tipo de universidade e o patamar de um novo estilo de comunicação dela com a sociedade global”, que só podem “nascer sob a égide de um padrão de conhecimento promissora e crítico, não conformista e aberto à inovação”(p.123).

Esta é a concepção de universidade que melhor condiz com sua missão social: ainda que não seja a geradora da transformação, ainda que espelhe as contradições da sociedade, ela é o espaço promissora e crítico, não conformista e aberto à inovação e à transformação do espaço social esgarçado pela desigualdade entre os humanos.

Assim, a universidade é entendida como local privilegiado, legitimado e competente para a grande aventura da *formação humana* que é, cada vez mais, reconhecida como a principal riqueza das nações.

AVALIAÇÃO

A proposta central desta aula inaugural é, portanto, a reflexão conjunta acerca de um instrumento forte, de uma estratégia efetiva para buscar ajustar o foco da universidade na busca de concretização de sua missão institucional maior. A proposta que lhes trago, e que venho advogar, é a de que *a avaliação pode constituir-se em ação com grande impacto na transformação da universidade na direção que acabamos de delinear.*

Em outras palavras, esta é a tese que venho defender: é possível desenvolver uma sistemática de avaliação que vise o aperfeiçoamento da qualidade acadêmica — isto é, do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão institucional — com a finalidade de tornar a universidade aquela instituição, anteriormente delineada, isto é, voltada e comprometida com a transformação da sociedade local e regional e, a partir dessas, atingir contextos mais amplos.

A avaliação é, portanto, mais do que apenas um debate técnico: ela implica um debate ético, político sobre os *meios* e os *fins* da universidade. É parte desta tese que a avaliação é instrumento poderoso no processo de resistência e de reconstrução da universidade pública brasileira.

A LEGISLAÇÃO ATUAL

Antes de passarmos à descrição e ao debate de uma concepção de avaliação, de seus objetivos e de suas formas de operacionalização, é necessário tomar pé da realidade atual desta temática. Quais são as iniciativas existentes? o que elas significam? para onde elas apontam?

Vamos, rapidamente, examinar a legislação vigente, não para ser contra ou a favor, mas para tecnicamente explicitar sua adequação e relevância para cumprir os objetivos da avaliação que devem ser a melhoria e o aperfeiçoamento da educação superior, em cada instituição e no País como um todo.

A recente Lei que reformula o Conselho Nacional de Educação (Lei n. 9 131/95), contempla a avaliação de duas formas principais:

- 1) atribui ao Poder Público Federal a competência de “avaliar a política nacional de educação”,
- 2) cria o Exame Nacional de Cursos, o provão já conhecido de todos.

A primeira medida significa atribuir a quem planeja também a tarefa de avaliar. Dessa forma, contraria um princípio elementar em avaliação, que é o da *independência de processos*, isto é, quem formula e executa não deve ser exclusivamente responsável pela avaliação.

A segunda medida, o Exame Nacional de Cursos, constitui-se em uma prova ampla e geral, específica para cada curso, aplicada a todos os formandos. O resultado das provas de cada curso e o global de uma instituição estão previstos para serem utilizados como critério de avaliação da qualidade da instituição. Ainda que não tenha efeito sobre o diploma do estudante avaliado pela prova, o desempenho médio dos formandos será utilizado para classificação ou *ranking* de instituições e eventual descredenciamento de cursos de graduação. O que significa, de fato ?

Trata-se de uma simples medição de resultado final, um procedimento tradicional e insuficiente de avaliação, pois não considera fatores do *processo de aprendizagem* e das *condições institucionais*. Não oferece elementos para a melhoria da instituição e do sistema, pois não identifica as *causas* das dificuldades; não beneficia o estudante pois nada poderá ser feito retroativamente. Não corresponde, portanto, ao objetivo fundamental da avaliação, qual seja o de *melhoria e aperfeiçoamento* das instituições ou do sistema. Além disso, pode vir a estimular o aparecimento de um comércio de cursinhos preparatórios, pois o desempenho da prova poderá se transformar em critério de diferenciação entre portadores de um mesmo diploma.

Lamentavelmente, mais uma vez, pode-se estar perdendo a oportunidade de implantar uma estratégia séria e adequada para a melhoria do sistema de educação superior e de contribuir para a criação de uma *cultura institucional*, na qual a avaliação seja parte da rotina da instituição. Em vez disso, a opção governamental está baseada na intervenção externa, com sérios equívocos conceituais e, certamente, pobreza de resultados significativos para a melhoria da qualidade e relevância social e científica da educação superior deste País.

A baixa qualidade atribuída ao ensino superior é conclusão ou resultado de que tipo de avaliação? Existem alguns indicadores ou percepções, mas nenhum sistema com metodologia tecnicamente adequada. Na falta dessa, o

provão, apesar de sua precariedade, serviu para mostrar a superioridade das universidades públicas, mesmo com o equívoco técnico de atribuir nota zero a provas entregues em branco, em decorrência do boicote dos alunos.

Torna-se cada vez mais evidente que a baixa qualidade que existe em várias instituições decorre da política de autorizações e credenciamento de cursos e instituições praticada pelo Ministério da Educação através do antigo Conselho Federal de Educação. E somente uma adequada política de avaliação institucional e do sistema de educação superior poderá corrigir esta distorção.

Sem considerar as experiências de avaliação, já em desenvolvimento por um grande número de instituições, a opção do Governo por uma metodologia simplificadora e arbitrariamente implantada contribui para aumentar as resistências à avaliação e tenta desqualificar o esforço, feito por muitos neste momento — inclusive pela Universidade Estadual de Feira de Santana — no sentido de aperfeiçoar uma metodologia avaliativa global que integre e aprimore o sistema. Trata-se do Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB) em desenvolvimento desde 1994, que envolve o MEC e quase 100 instituições de ensino superior. Existe, portanto, uma significativa experiência e competência, construída no seio das IESs, com apoio institucional e financeiro do próprio MEC, que não pode ser desconsiderada por este mesmo ministério ou substituída por uma prova circunstancial, reduzindo a dimensão do processo avaliativo e as expectativas de mudança institucional dele decorrentes.

Revelando sensibilidade à crítica acerca da insuficiência do “provão” como critério de avaliação de cursos, da instituição e do sistema, o Ministério da Educação fez promulgar o Decreto n. 2 026, de 14/10/96, que normatiza uma sistemática de avaliação a ser implementada. Nessa proposta, devem ser contempladas a auto-avaliação e outras dimensões acadêmicas, como, qualificação dos docentes, produção científica e inserção na comunidade através de programas de extensão, etc.

Essa ação governamental representa, ao mesmo tempo, um pequeno avanço e um grande retrocesso. O pequeno avanço é o Governo ter de reconhecer que não pode continuar a tratar a avaliação de forma superficial e tentar implementar uma sistemática de avaliação sem reconhecimento à experiência acumulada. Por outro lado, é um retrocesso e uma derrota, pois a sistemática adendada apresenta insuficiências e inadequações teóricas e metodológicas que tendem ao esvaziamento da busca de construção de uma *cultura de avaliação*, já em processo em muitas instituições.

Mais grave, ainda, são as possíveis conseqüências em termos de política educacional, tanto em relação à expansão quanto à melhoria da qualidade do sistema de educação superior brasileiro. Um resultado possível e previsível é a

tendência à padronização teórica e metodológica dos cursos com crescente distanciamento das necessidades regionais e à, ainda maior, elitização do sistema de educação superior.

Os exames gerais tendem a elementarizar ou simplificar as aprendizagens. Criam um currículo a ser seguido, seja de conteúdos visíveis (aqueles aferidos nas provas) seja o currículo oculto baseado na competitividade entre indivíduos e entre instituições. Competição significa derrotar ou suplantar o outro (indivíduo ou instituição) e, conseqüentemente, o reforço a padrões ideológicos e atitudinais baseados no individualismo e não na solidariedade e cooperação, onde o objetivo é o de vencer e não o de construir o bem comum.

Dado o caráter amplo e geral das provas, os currículos tendem a ater-se ao mínimo e comum, embaçando e empobrecendo a riqueza do processo ensino aprendizagem e reduzindo a diversidade curricular e as especificidades regionais... Tais exames permitem fornecer certificados, mas não têm *carácter formativo*, isto é, não contribuem para a melhoria e aperfeiçoamento do estudante ou da instituição. Em verdade, colaboram para a elementarização da docência, pois a prioridade pode ser a de transmitir informações, ao invés de cumprir o real papel de professor, qual seja o de construir e questionar o conhecimento e a realidade social.

Avaliar qualidades humanas é muito mais complexo. Os exames gerais cumprem a tarefa de medir a competitividade das instituições e, por tabela, de seus estudantes, mas não dão conta de avaliar o papel social e científico das instituições no cumprimento de sua missão junto à sociedade — em especial às necessidades e características locais e regionais — na perspectiva que tentamos detalhadamente considerar há pouco.

A avaliação possui e permite aprofundar um COMPROMISSO FILOSÓFICO, SOCIAL E POLÍTICO da universidade.

Para examinar e efetivamente compreender como é possível estabelecer esse compromisso e o que ele significa, é necessário explicitar o que se entende por avaliação.

Ao examinar quais são seus objetivos e finalidades, seus princípios e características, assim como as suas modalidades, veremos passo a passo como e por que a avaliação pode, em verdade, constituir-se em uma estratégia institucionalizada de construir uma ponte efetiva com a realidade social, uma ponte que significa o compromisso com a reconstrução do espaço social esgarçado.

Todos já vivenciamos, como alunos ou professores e como cidadãos, a experiência de avaliar processos de aprendizagem e os serviços ou atendimento que recebemos de instituições públicas ou de empresas privadas; poucos de nós

tivemos oportunidade de viver *experiências sistematizadas de avaliação*, como, por exemplo, de projetos ou serviços de governo ou de outras instituições públicas ou privadas. Por outro lado, todos nós fazemos avaliação todos os dias e tomamos decisões em função dos resultados de nossas avaliações. Avaliamos se demos uma boa aula e como poderemos aperfeiçoá-la; se conversamos adequadamente, se fizemos um trabalho (profissional ou estudiantil) de forma correta; avaliamos o nosso orçamento diante de nossas necessidades e redefinimos o quanto podemos ou não podemos gastar para atender as nossas necessidades. Nós fazemos avaliações, isto é, formulamos *juízos* quotidianamente e tomamos decisões em decorrência de seus resultados. Mas o que queremos dizer quando falamos de *avaliação institucional*, de avaliação da educação superior que tem um *papel social* a cumprir ?

OBJETIVOS E FINALIDADES

A avaliação da educação superior tem dois *objetivos* básicos: o *auto-conhecimento* e a *tomada de decisão* com a *finalidade* de *aperfeiçoar seu funcionamento e seus resultados*. É, portanto, uma atividade intrínseca a cada instituição e ao sistema como um todo, pois interfere e produz efeitos sobre o seu funcionamento, no presente e no futuro.

A *finalidade* da avaliação é a busca do aperfeiçoamento, portanto ela não visa primordialmente punição nem premiação, situação típica da avaliação de aprendizagem. Ao contrário, porque busca aperfeiçoamento, sua ação central é a da *reconstrução*. Eventual premiação, como estímulo ao mérito, não é desaconselhável, pois não causa dano e pode servir de estímulo e emulação. Punição deve ser considerada como instrumento de oportunidade para recuperação ou revigoração. Ou como instrumento para identificar e separar instituições voltadas para objetivos educacionais e aquelas voltadas para objetivos empresariais e lucrativos.

Auto-conhecimento significa identificar os acertos e as ineficiências, as vantagens/potencialidades e as dificuldades; envolve um processo de reflexão sobre as razões, as causas das situações positivas e das insuficiências; implica que toda a comunidade acadêmica e social assume a responsabilidade efetiva da gestão política e acadêmico-científica da instituição.

A tomada de decisão, por sua vez, é a ação inerente à avaliação consequente. Ou seja, conhecidas as estratégias que dão certo, é necessário tentar disseminar, generalizar o sucesso. Por outro lado, é necessário deixar de reproduzir as velhas formas, modificar radicalmente o que funciona mal ou com baixa qualidade, e elaborar alternativas para a introdução de novos caminhos para o efetivo cumprimento da missão social e científica da universidade.

O processo acadêmico de reflexão desencadeado pela avaliação traz como consequência levar-nos a assumir a responsabilidade efetiva da gestão política e da gestão acadêmica e científica da instituição. Quando a universidade se conhece e reflete sobre si própria — sobre seu papel na sociedade local e nacional — ela está tomando o seu destino em suas próprias mãos. Não está deixando que a rotina ou que as políticas governamentais determinem as suas prioridades e o seu cotidiano. O auto-conhecimento visa o aperfeiçoamento, a melhoria da qualidade do funcionamento da instituição, de suas atividades, das ações desenvolvidas pelos sujeitos dos processos de ensino, de pesquisa, de extensão, de gestão. A avaliação é, portanto, um processo *global* que envolve a instituição em todas as suas dimensões e busca envolver os sujeitos sociais externos.

Esse processo de constante auto-conhecimento e reconstrução institucional é o caminho para a construção da ponte, da interlocução, da mediação com a realidade social. O processo de investigar e de produzir conhecimento, o processo de formar profissionais, de qualificar professores, de estender o conhecimento à sociedade, se dá de uma forma sistemática e continuada. Não é processo inerte em um momento determinado do tempo. Pois a avaliação não pode ser uma fotografia, ou um instantâneo da realidade. É um processo sistemático, porque desenvolvido, ainda que de forma diferenciada, ao longo do tempo, integrante e presente no cotidiano da instituição, isto é, passando a fazer parte das atividades regulares da Instituição, do processo de reflexão e de tomada de decisão. Caso contrário, corre-se o risco de fazer apenas um ensaio, que fica na gaveta da próxima gestão, quando mudam o (a) Reitor(a) e a equipe dirigente. Para tanto, é preciso que a comunidade acadêmica como um todo assuma a avaliação como parte de seu cotidiano, como parte de suas funções. Assim como se assume que dar aula demanda um mínimo de planejamento, preparação de cada atividade e de avaliação do desempenho dos alunos, da mesma forma precisamos criar uma cultura institucional de que avaliação faz parte da nossa rotina, de que a avaliação é uma ação do cotidiano regular da instituição. Deve ter espaço próprio definido nas “caixinhas” do organograma; mas deve, principalmente, ser incorporada, interiorizada nos sujeitos do processo acadêmico.

PRINCÍPIOS E CARACTERÍSTICAS

Por todas essas razões, a avaliação é um processo global que envolve sujeitos *internos* e *externos*, baseada em um processo *tecnicamente competente* e *politicamente legítimo*.

A avaliação é *global*, porque envolve todas as atividades e instâncias da instituição ou do conjunto das instituições do sistema, seus sujeitos e seus “produtos”, isto é, o conhecimento, a interpretação de mundo, as tecnologias que produz e dissemina, diretamente através da qualificação profissional e da divulgação científica e, indiretamente, através da extensão.

A atividade acadêmica de investigar e disseminar conhecimento, cultura, tecnologia e reflexão, é um processo. Um processo através do qual o auto-conhecimento aprofunda-se, indo às raízes dos fenômenos e das situações, alcançando a compreensão contextualizada e enraizada daquilo que está sendo avaliado. Contextualizada e enraizada no conjunto da sociedade local e regional para quem a universidade deve estar voltada e com quem deve estar comprometida. A elaboração e implementação das decisões, formuladas em consequência do processo de avaliação, também não ocorrem de modo instantâneo; demandam tempo para seu desenvolvimento. Por isso, as próprias mudanças resultantes tornam-se, por sua vez, também objeto de avaliação.

A avaliação é, assim, uma *atividade processual*, isto é, contínua e sistemática, que envolve dois tipos de sujeitos:

a) *sujeitos internos* (alunos, professores e outros servidores técnico-administrativos) abertos ao exame de si próprios enquanto formuladores/ executores de ações (conhecimento, qualificação e de gestão etc.);

b) *sujeitos externos* (acadêmicos/pesquisadores, profissionais, empregadores, trabalhadores, entidades sociais etc.) sujeitos “patrocinadores”, “recebedores” ou “usuários” daquelas ações.

Portanto, trata-se de um processo de *auto-avaliação* combinado e complementado por *avaliação externa*. A percepção das sociedades científicas, do mercado de trabalho, da sociedade em geral — que recebem os “resultados” do processo acadêmico — é um contraponto fundamental para a construção da ponte mediadora entre a instituição e a realidade social esgarçada.

A avaliação, para cumprir seu papel de estratégia de aperfeiçoamento institucional e para atender às características indicadas de compromisso social e científico, tem, necessariamente, de ser *tecnicamente competente e politicamente legítima*. Em outras palavras, é indispensável que a comunidade interna à instituição, assim como as instâncias governamentais, as entidades científicas, as entidades sociais locais ou regionais, o mercado de trabalho e a sociedade em geral, reconheçam que a estratégia de avaliação, a adequação técnica dos procedimentos avaliativos e o uso de seus resultados estejam corretos, sejam apropriados. Da mesma forma, a legitimidade dos condutores do processo de avaliação, internos e externos à instituição e ao sistema, deve ser amplamente reconhecida por todos. A qualidade técnica e a legitimidade política do processo

avaliativo são fundamentais, para que os seus resultados possam ser transformados em ações efetivamente relevantes e transformadoras.

Alguns alertas, ainda que possam parecer óbvios, são necessários:

- a avaliação não é a panacéia da crise da universidade e do ensino público;

- a avaliação não visa *rankings*, nem caça às bruxas, como ocorreu há anos atrás, por exemplo, quando o Jornal Folha de São Paulo publicou a famosa lista de improdutivos; ou como é o caso recente, quando o próprio MEC divulgou o *ranking* de instituições em decorrência das notas das avaliações dos cursos derivadas do provão;

- a avaliação não pode ser um instrumento complacente que visa organizar e expor nossas virtudes, ocultando as dificuldades e insuficiências, transformando-se em instrumento de propaganda e de demagogia.

E, para concluir, uma *convocação*. Uma convocação à comunidade acadêmica desta UEFS, mas, em especial, aos seus alunos:

Nós somos os sujeitos deste processo de construir uma universidade competente social e cientificamente, servidores docentes e técnico-administrativos, mas principalmente os alunos, que são a ponte concreta e dinâmica com a realidade social. Assumam, em suas próprias mãos, a avaliação como instrumento da transformação da universidade. Participem da avaliação de forma direta e construtiva, buscando os meios para a melhoria e o aperfeiçoamento de seus cursos e da instituição como um todo. Tragam as suas experiências e vivências e as demandas dos grupos sociais a que pertencem, mas estejam abertos para contribuir na identificação e no atendimento das necessidades da sociedade local e regional como um todo. Através desse processo, participativo, responsável e construtivo, tomem a história desta Universidade em suas mãos. E, como consequência direta e irreversível, sejam sujeitos significativos no processo da transformação desta sociedade em um espaço mais humano e mais justo e, por isso, mais digno de ser vivido.

Muito obrigada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FERNANDES, Florestan. *Universidade Brasileira: reforma ou revolução?* São Paulo: AlfaOmega, 1975.

WANDERLEY, Luiz Eduardo. Universidade e Democracia: Relações do Professor com o desenvolvimento. In Fischman, R. *Universidade, escola e formação de professores*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986.

Sitientibus, Feira de Santana, n.17, p.211-223, jul./dez. 1997